



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gab. Dep. Elio Rusch



PROJETO DE LEI Nº 32/2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 18 FEV. 2013

Rusch
1º Secretário

Súmula: Dispõe sobre a utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis provenientes de reciclagem, e dá outras providências.

Art. 1º. Todos os programas de asfaltamento e recapeamento de rodovias estaduais, bem como na construção e recuperação de vias públicas, devem assegurar a utilização preferencial de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis provenientes de reciclagem, observados os percentuais de mistura definidos em norma técnica de engenharia.

Parágrafo único. Nos processos licitatórios de obras que envolvam a utilização de asfalto, o Estado estabelecerá a utilização preferencial da massa asfáltica a que se refere o *caput*, bem como especificará a norma técnica de engenharia a ser adotada para a composição.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Elio Rusch
ELIO RUSCH
DEPUTADO ESTADUAL

14149 18/02/2013 000664 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gab. Dep. Elio Rusch



JUSTIFICATIVA

Preliminarmente, há que se asseverar que a presente proposição está em plena consonância com a Constituição da República, vez que seu principal intuito é fomentar a sustentabilidade e preservar o meio ambiente.

Na produção do chamado “asfalto-borracha”, também conhecido como asfalto ecológico, utilizam-se carcaças de pneus, o que, evidentemente, diminui o impacto deste nocivo produto sobre o ambiente, constituindo-se como forma de controle da poluição ambiental.

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 24, inciso VI, é clara ao afirmar:

Artigo 24- Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI- florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
(grifos nossos).

Além disso, o emprego desse tipo de asfalto apresenta uma vantagem ambiental simplesmente espetacular: diminui as carcaças de pneus descartadas, hoje um problema que agride o ambiente e que é preocupação mundial.

Da carcaça utilizada, a borracha entra na composição do asfalto, o aço volta para a siderúrgica, e a fibra têxtil para as indústrias têxteis. Assim, toda a carcaça é decomposta e reciclada.

O produto já é empregado com sucesso em muitas estradas nacionais. No Estado de São Paulo, está o seu maior emprego em todas as estradas existentes no País. O que se pretende, com esta atitude legislativa, é que todas as estradas do nosso Estado possam utilizar o chamado “asfalto-borracha”, cujos estudos técnicos apresentam as seguintes características e vantagens:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gab. Dep. Elio Rusch



Principais características:

- ✓ Alta viscosidade (maior recobrimento no agregado)
- ✓ Menor susceptibilidade térmica
- ✓ Aumento da elasticidade (resistência a trincas e deformações)
- ✓ Melhor adesividade
- ✓ Boa aderência pneu/pavimento
- ✓ Aumento da resistência à ação química de óleos e combustíveis
- ✓ Redução de ruído (3 a 6 decibéis)
- ✓ Alta resistência ao envelhecimento
- ✓ AUMENTO DE VIDA ÚTIL DO PAVIMENTO.

Porquê usar o Asfalto Borracha?

DESEMPENHO: Desde a sua utilização, pela Concessionária UNIVIAS em Agosto/2001, em trecho da BR 116 entre Guaíba e Camaquã/RS, e nas demais obras onde foram empregadas essa tecnologia, se mostrou com melhor desempenho até então, especialmente no que se refere à resistência à fadiga, redução ao desgaste e envelhecimento proporcionando maior vida útil ao pavimento;

RESPALDO TÉCNICO: Base em estudos científicos realizados pela USP, quanto a deformação permanente, e pela UFRGS, quanto a reflexão de trincas, os quais destacaram tal produto como sendo equivalente aos modificados com polímero;

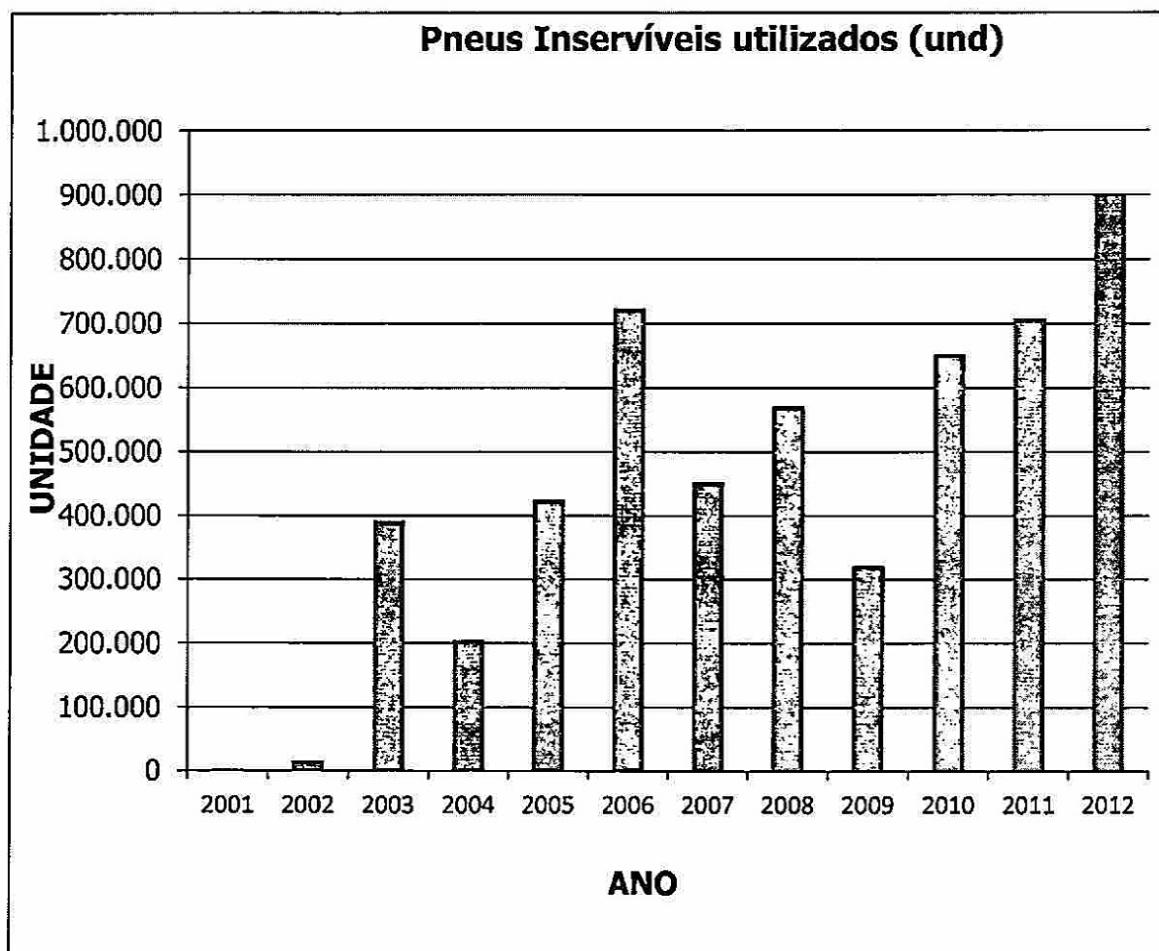
MENOR CUSTO: Na aquisição do produto e execução da capa, em relação aos demais ligantes modificados;

ASPECTO ECOLÓGICO: Essa alternativa oferece significativa contribuição à proteção do meio ambiente, ao dar destinação útil a milhões de pneus que seriam descartados na natureza. Por essa razão, o asfalto borracha tornou-se também conhecido como asfalto ecológico. Veja-se gráfico demonstrativo de sua utilização:





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gab. Dep. Elio Rusch



SAÚDE PÚBLICA: Retirada de um dos principais criadouros de mosquitos transmissores de doenças, como a dengue, do meio ambiente;

GERAÇÃO DE EMPREGOS: Importante contribuição na cadeia produtiva, onde há um incremento maior na geração de empregos, desde o catador de pneus inservíveis, processamento para obtenção do pó de borracha e produto final, evitando-se a obtenção de modificadores importados, de maior valor agregado;

ESTÍMULO INDUSTRIAL: Tem estimulado empresas a desenvolver e aprimorar a tecnologia de fabricação de ligantes betuminosos modificados por borracha, visando melhorar as propriedades do asfalto convencional;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gab. Dep. Elio Rusch

DISPONIBILIDADE: Dado ao volume de obras que os Governos Federal, Estaduais e Municipais, além das que as Concessões Rodoviárias constantemente lançadas, o asfalto borracha, por ser processado com produtos nacionais, tem suprimento garantido em qualquer demanda;

ECONOMIA DE CAP: Petrobrás importa asfalto para suprir o mercado interno. Em sua utilização, o asfalto borracha vem acrescido de 15% de pó de pneus no CAP (AB-8). Assim, deixar-se-ia de importar um grande volume correspondente; e mesmo que não houvesse tal importação, deixar-se-ia o volume para ser utilizado em mais frentes de serviços;

REFERÊNCIA TÉCNICA: Produto amplamente utilizado em nível Nacional, o que se contabiliza mais de 8.000 km de rodovias, principalmente por:

ÓRGÃOS PÚBLICOS:

- ✓ DER's do PR, SP, RJ, SC, RS, PA e MG
- ✓ PM CURITIBA, SÃO PAULO, BELO HORIZONTE, RIO DE JANEIRO e BLUMENAU
- ✓ DNIT PR, MT, MS e RS
- ✓ INFRAERO UBERABA
- ✓ BARRAGEM DE ITAIPU – 21 km de acessos e vias internas

CONCESSIONÁRIOS DE RODOVIAS:

- ✓ GRUPO CCR: Rodonorte PR, SP Vias, Viaoeste SP, Autoban SP e Trecho do Rodoanel SP (sobre placas de concreto)
- ✓ GRUPO ECORODOVIAS: Ecovias SP, Ecovia PR, Ecocataratas PR, Ecosul RS e Ecopistas SP (Rod. Ayrton Sena)
- ✓ PR: Econorte, Caminhos do Paraná e Viapar
- ✓ SP: Renovias
- ✓ RS: Univias, Concepa e Coviplan
- ✓ RJ: Concer



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gab. Dep. Elio Rusch



O uso de pó de pneus inservíveis em pavimentação sofreu evolução, e atualmente utilizam-se as mesmas condições de usinagem dos CAP's (Cimento Asfáltico de Petróleo) convencionais, não mais requerendo a necessidade de temperaturas elevadas. Passa a ser então, o Asfalto-Borracha, um produto com dupla característica ecológica, pois além de retirar-se do meio ambiente, os pneus inservíveis como um danoso passivo ambiental, somam-se a este mais vantagens ecológicas, tais como:

- ✓ Redução da emissão de poluentes (mais um benefício ecológico);
- ✓ Menor exposição do trabalhador aos fumos do asfalto;
- ✓ Maior produtividade, pela redução de temperatura de usinagem;
- ✓ Aumento da vida útil do ligante (preservação dos maltenos dos asfaltos);
- ✓ Conservação dos equipamentos;
- ✓ Economia de energia;
- ✓ Economia de combustíveis.

Por todo o exposto, nobres pares, considerando-se a evidente constitucionalidade da presente proposição, bem como o intuito de fomento à proteção do meio-ambiente e à sustentabilidade, pugna-se por sua aprovação.

Sala das Sessões, em


ELIO RUSCH
DEPUTADO ESTADUAL



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 32/2013

PROJETO DE LEI N.º: 32/2013

AUTOR: DEPUTADO ESTADUAL ELIO RUSCH

Súmula: Dispõe sobre utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos, inservíveis, provenientes de reciclagem para asfaltamento e recapeamento de rodovias estaduais, bem como para a construção de vias públicas, visando fomentar a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente no estado.

EMENTA: DISPÕE SOBRE UTILIZAÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA PRODUZIDA COM BORRACHA DE PNEUMÁTICOS. POSSIBILIDADE. PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. COMPETÊNCIA CONCORRENTE. ARTS. 65 E 207 CE. ARTS. 24, VI E 225 CF. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL COM EMENDA ADITIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Elio Rusch, dispõe sobre utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos, inservíveis, provenientes de reciclagem para asfaltamento e recapeamento de rodovias estaduais, bem como para a construção de vias públicas, visando fomentar a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente no estado.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (Grifo nosso) Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando este entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (Grifo nosso)

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre proteção ao meio ambiente, conforme o artigo 24, inciso VI, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; (Grifo nosso)

Ainda, a Constituição Federal aduz que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 207:

Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos Municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

Podemos constatar, portanto, que o assunto abordado no Projeto de Lei ora em tela pode ser objeto de legislação estadual, haja vista a previsão constitucional para tanto.


Cabe salientar, ainda, que acata-se a Emenda Aditiva sugerida pelo Nobre Deputado Péricles de Mello, acrescentando o §2º ao referido Projeto de Lei, uma vez que esta não prejudica a constitucionalidade da Proposta..

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**, com **EMENDA ADITIVA**, em anexo.

Sala das Sessões em


NELSON JUSTUS
Presidente


TERCÍLIO TURINI
Relator


APROVADO

02.04.13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete do Deputado Péricles de Mello



EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI 32/2013

Acresce o parágrafo 2º, ao artigo 1º, do Projeto de Lei 32/2013 de autoria do Deputado Elio Rusch, renumerando os parágrafos.

"§ 2º. Também podem participar do processo licitatório para a execução de asfalto ecológico, empresas que demonstrem capacidade técnica para a execução de serviços de massa asfáltica convencional."

"

Sala das Comissões, 02 de abril de 2013.

DEPUTADO PÉRICLES DE MELLO

Relator Pl. ...
RELATOR do emenda

Gaúcho
Gaúcho Gondim
Coordenadora da CCJ
Mat. 6246

realizado
02/04/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 032/13

Projeto de Lei Nº 032/13

Autor: Elio Rusch

Súmula: Dispõe sobre a utilização de massa asfáltica produzida
Com borracha de pneumáticos inservíveis provenientes de reciclagem, e dá outras providências.

ASFÁLTICA

EMENTA: MEIO AMBIENTE UTILIZAÇÃO DE MASSA

**PRODUZIDA COM BORRACHA DE PNEUMÁTICOS INSERVÍVEIS
RECICLAGEM. MÉRITO – PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei de autoria do Eminentíssimo Deputado Elio Rusch, versa sobre a utilização de material descartável proveniente de pneumáticos, na composição de massa asfáltica a ser utilizada em todos os programas do Governo do Estado do Paraná, sejam eles: de construção, recuperação de vias urbanas municipais ou de pavimentação e recape de rodovias estaduais.

R



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



FUNDAMENTAÇÃO:

O projeto ora analisado encontra guarida no Artigo 24, inciso VI da Carta Magna que afirma:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal Legislar concorrentemente sobre:

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; (grifo nosso)

Por esta razão, opinamos **FAVORAVELMENTE** pela continuidade da tramitação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões em, 15 de abril de 2013

[Assinatura]
DEP. JONAS GUIMARÃES

[Assinatura]
CAIO QUINTANA
DEP. PEDRO LUPION
Presidente em exercício

[Assinatura]
DEP. EUMÉDIO JR

[Assinatura]
DEPUTADO RASCA RODRIGUES

Relator

Aprovado
27 de maio 2013
[Assinatura]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação
Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercílio Turini; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 32/2013

Projeto de Lei nº 32/2013
Autor: Deputado Elio Rusch

Súmula: Dispõe sobre a utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos, inservíveis, provenientes de reciclagem para asfaltamento e recapeamento de rodovias estaduais, bem como para a construção de vias públicas, visando fomentar a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 32/2013**, de autoria do Deputado Elio Rusch, dispõe sobre a utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos, inservíveis, provenientes de reciclagem para asfaltamento e recapeamento de rodovias estaduais, bem como para a construção de vias públicas.

Em justificativa apresentada em seu mérito, destaca-se a importância da reciclagem e preservação ambiental, além da economia e maior resistência da vida útil do pavimento, priorizando a tranquilidade e a segurança dos usuários.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 32/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado. Esta ação sugere a utilização de massa asfáltica produzida com material reciclado, haja vista uma necessidade ampla de controle ambiental, maior durabilidade do pavimento e até mesmo a utilização de materiais, como carcaças de pneus velhos que quando inutilizadas, podem causar até mesmo um impacto nocivo ao meio ambiente. A proposta vem de encontro a uma ação já empregada com sucesso em muitas estradas nacionais, o que aponta para uma utilização favorável do material em relação ao seu custo / benefício e interesse comum da população.

Cumpre a nós destacar que *“Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas,*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercilio Turini; Deputado Teruo Kato.

DIRET. 21
Pág. 2

seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos”, nos termos do disposto no Art. 33 - F do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ocorre que a proposição em síntese analisada, encontra uma linha essencial em sua defesa, ao vir de encontro ao interesse público meramente justificado e a necessidade de preservação ambiental. Como cita a Constituição Federal em seu artigo 225º no Capítulo VI, no que diz respeito à competência da União em relação ao Meio Ambiente e a qualidade de vida:

Art. 225º Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

(Artigo 225º - Capítulo VI da Constituição da República Federativa do Brasil)

Desta forma, se prevê a importância de trabalhar normas que reduzam o impacto ambiental, aliadas à qualidade de vida e ao bem estar da população. **O Projeto de Lei 32/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso ao ser analisada por este princípio, trabalhando métodos optativos que de forma comprovada trazem ganhos a população. Este ponto vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, com o aval para que o Estado trabalhe em parceria com a União e os Municípios sempre por melhorias, evitando a poluição ambiental em qualquer uma de suas formas, conforme cita a Constituição do Estado do Paraná em seu artigo 12º, no que diz respeito à competência do Estado, da União e Municípios:

Art. 12º É de competência do Estado, em comum com a União e os Municípios:

VI Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas. (...)

(Sessão II – Da Competência do Estado – Artigo 12 § VI da Constituição do Estado do Paraná)

Desta forma, afere-se uma abrangência grandiosa voltada ao mérito desta proposição, manifestando-se grande referência para um posicionamento favorável desta Comissão.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a sua relação pelo bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal”.* (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro
Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Tercílio Turini; Deputado Teruo Kato.



A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná a tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a preservação do meio ambiente, os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição ao vir de encontro aos benefícios trazidos em tela e com base nos critérios acima relevados, encontra fortes respaldos em seu mérito para ser apoiado por esta comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

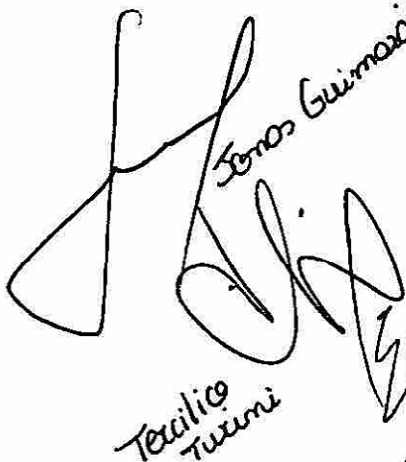
Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Tercílio Turini, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, com base na fundamentação acima apresentada, declaro evidência favorável à esta proposição.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido **Projeto de Lei 32/2013**, em sua forma apresentada.


Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 10 de junho de 2013.


FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão


TERUO KATO
Relator


Tercílio Turini


Elton Welter


Adelino Ribeiro


Edson Praczyk



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº 111 / 2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 03 ABR 2013



1º Secretário


Súmula: Denomina Viaduto Rosina Migliorini Turini, o Viaduto localizado na PR 445, em confluência com a Via Expressa.

Art. 1º Fica denominado Viaduto Rosina Migliorini Turini, o Viaduto da PR 445, em confluência com a Via Expressa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 03 de abril de 2013.


GILBERTO MARTIN
Deputado Estadual


DOUGLAS FABRÍCIO
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende denominar Rosina Migliori Turini, o Viaduto que está sendo construído na PR 445, em confluência com a Via Expressa, no Município de Londrina.

O referido viaduto está localizado na zona sul do Município e faz parte da duplicação da área urbana da PR 445, salientando que ainda não possui denominação alguma.

Rosina Migliorini Turini, homenageada neste Projeto de Lei, foi uma das pioneiras do Município de Londrina e muito contribuiu para o desenvolvimento da região.

Rosina Turini nasceu em Jaú, Estado de São Paulo, em 26 de janeiro de 1914. Filha de imigrantes italianos, casou-se com Zem Turini em 11 de novembro de 1933, com quem teve seis filhos, três homens e três mulheres.

Dona de casa, sempre demonstrou-se uma mulher muito atuante e ativa na sociedade, protestante por melhorias na educação e preocupada com assuntos relacionados a igreja católica.

Em 1947 mudou-se para Londrina com seus cinco filhos, uma vez que na época o Município era considerado como "Novo El Dourado", título este justificado na fertilidade do solo da região popularmente conhecida como "terra-roxa", associado à cultura de café, que neste período estava em declínio no Estado de São Paulo, encontrando uma nova frente no norte do Paraná.

Objetivando trabalhar nas lavouras de café, Rosina e a família instalaram-se na zona rural, onde atualmente encontra-se o Distrito de Espírito Santo, já que o Município de Londrina era muito pequeno e pouco desenvolvido.

Rosina Migliorini Turini dedicou sua vida a trabalhar, cuidar dos filhos e a lutar por melhores condições de vida para a população, principalmente na região de Londrina.



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal khury
Gabinete Deputado Tercílio Turini



Sempre foi uma mulher de visão, a frente de seu tempo. Um exemplo disto está no fato de que na época, o número de filhos era essencial para o progresso da lavoura, já que quanto mais filhos maior a mão de obra. Ao contrário disso, Rosina preocupava-se com o futuro dos filhos, e assim incentivou todos a ingressarem nos estudos, como consequência seus filhos foram os primeiros da comunidade onde moravam a cursar a universidade.

A homenageada faleceu no ano passado, conforme Certidão de Óbito que segue em anexo, deixando seis filhos, netos, bisnetos e sua grande contribuição para o Município de Londrina.

Diante do exposto e devido a importância da presente proposta, pedimos o devido apoio e a sua consequente aprovação.

DT



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 111/2013

Projeto de Lei nº 111/2013

Autor: Deputados Douglas Fabrício e Gilberto Martin

Súmula: Denomina Viaduto Rosina Migliorini Turini, o Viaduto localizado na PR 445, em confluência com a Via Expressa.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE VIADUTO. NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER DO DER INFORMANDO QUE O VIADUTO A SER DENOMINADO NÃO POSSUI DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Estaduais Douglas Fabrício e Deputado Gilberto Martin, tem por objetivo denominar de Rosina Migliorini Turini, o Viaduto localizado na PR 445, em confluência com a Via Expressa no Município de Londrina.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.
(grifo nosso).

O artigo 65 da **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO** determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Quanto à matéria do projeto ora em análise, estabelece, o artigo 238, da **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a **LEI ESTADUAL Nº. 8761/88** também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

Diante da inexistência de denominação pré-existente, conforme Ofício da **SECRETARIA ESTADUAL DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA E DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS E RODAGEM – DER**, o presente projeto de lei não encontra óbices a sua normal tramitação nesta casa de leis.

No entanto, a fim de dar maior clareza ao projeto sugere-se uma emenda substitutiva geral nos termos do regimento interno, artigos 137, § 2º.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

A emenda sugerida visa especificar que a via expressa mencionada localiza-se no Município de Londrina, conforme parecer técnico do DER/PR.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.


Sala das Comissões, 28 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS


PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR


APROVADO

28/05/13


Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná **DAP**

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Fls. 10



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 111/2013

De acordo com o que determinam o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 111/2013, passa a contar com a seguinte redação:

SÚMULA – Denomina Viaduto Rosina Migliorini Turini, o Viaduto localizado na PR 445, em confluência com a Via Expressa, no Município de Londrina.

Art. 1º - Fica denominado Viaduto Rosina Migliorini Turini, o Viaduto da PR 445, em confluência com a Via Expressa, no Município de Londrina.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CUR

RELATOR


APROVADO

2810513



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



Projeto de Lei Nº 203/2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 21 MAIO 2013
[Assinatura]
1º Secretário

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública o Instituto Mundo Melhor, doravante denominada IMM, com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

DECRETA

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Instituto Mundo Melhor, doravante denominado "IMM", associação civil com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, com autonomia financeira e administrativa, com sede na Rua Victor Meirelles, nº 288, sala 01, Ronda, cep-84051-300, Estado do Paraná, CNPJ nº 11.622.455/0001-65.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 21 de maio de 2013.

[Assinatura]
Péricles de Holleben Mello
Deputado Estadual - PT

15452 21/05/2013 004536 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Péricles de Mello



JUSTIFICATIVA:

O **Instituto Mundo Melhor**, doravante denominado IMM, com sede na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, tem como finalidade precípua desenvolver projetos sociais, educacionais, artísticos, culturais, esportivos, de saúde e de cidadania, como forma de apoio às políticas públicas desenvolvidas nas cidades.

Dentre os projetos desenvolvidos pelo IMM, prioriza-se o trabalho para atividades voltadas às crianças e adolescentes, valendo-se dos indicadores de atendimentos e de desenvolvimento humano, para elaboração e avaliação dos resultados de seus projetos. Essas ações sempre têm como objetivo a melhoria de qualidade de vida da população e o desenvolvimento da cidadania.

O Instituto também busca difundir atividades culturais, artísticas e científicas.

Diante do exposto, reiteramos que o trabalho realizado pelo IMM tem grande relevância social, sendo assim, é notória a legalidade de conceder à entidade o título de Utilidade Pública.

Péricles de Holleben Mello
Deputado Estadual - PT



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 203/2013

Projeto de Lei nº. 203/2013

Autor: Deputado Péricles de Mello.

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Instituto Mundo Melhor, doravante denominada IMM, com sede na Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

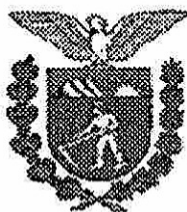
EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Péricles de Mello tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o Instituto Mundo Melhor, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o nome e o foro da entidade que pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral** em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça





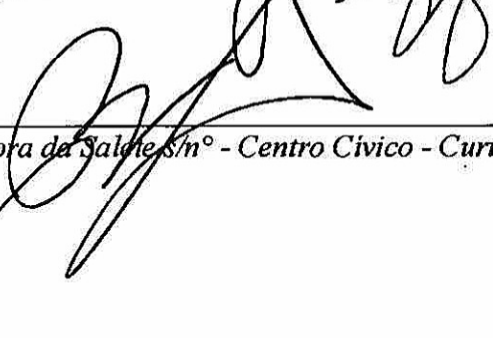

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.


Sala das Comissões, em 28 de Maio de 2013.

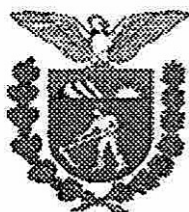

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR





Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

 04/06/13



Asssembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 203/2013

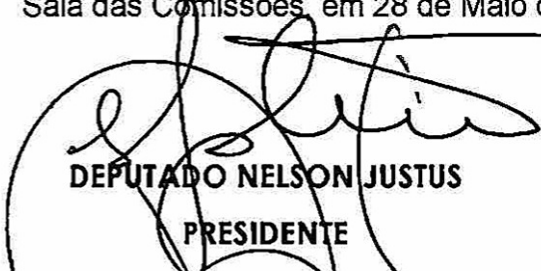
De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 203/2013, passa a contar com a seguinte redação:

"Súmula- Declara de Utilidade Pública o Instituto Mundo Melhor, com sede e foro no Município de Ponta Grossa."

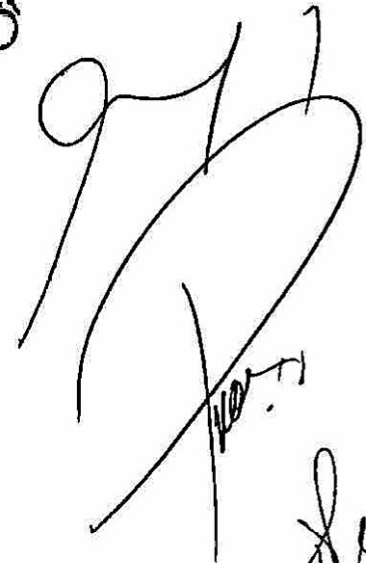
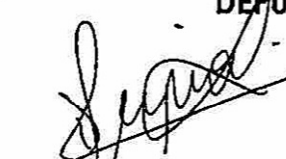
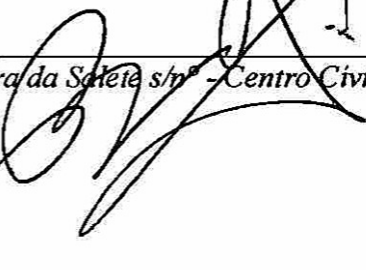


Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Instituto Mundo Melhor, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º- Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28 de Maio de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR






Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

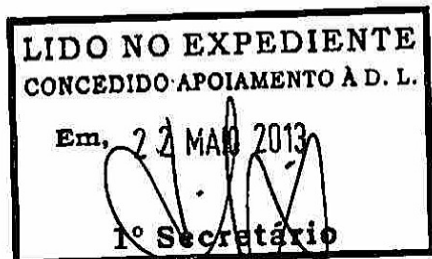
04/06/13



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 207/2013



SÚMULA: Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a Semana Estadual de Informação e Conscientização Sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade.

Art. 1º - Fica instituída no calendário oficial do Estado do Paraná, a Semana Estadual de Informação e Conscientização Sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade – TDAH, a ser realizada anualmente na primeira semana do mês de agosto..

Art. 2º. – A Secretaria de Estado da Saúde em 90 dias a partir da publicação desta Lei, por meio de resolução, regulará critérios que atendam ao objeto da presente lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de maio de 2013.


GILBERTO MARTIN
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA:

O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade.

Ele é o transtorno mais comum em crianças e adolescentes encaminhados para serviços especializados. Ele ocorre em 3 a 5% das crianças, em várias regiões diferentes do mundo em que já foi pesquisado. Em mais da metade dos casos o transtorno acompanha o indivíduo na vida adulta, embora os sintomas de inquietude sejam mais brandos.

Delas, 81% apresentaram outro transtorno psiquiátrico até os 27 anos – essa prevalência foi de 47% entre os indivíduos que deixaram de apresentar TDAH quando adultos e de 35% entre um grupo de controle, composto por pessoas que não tiveram TDAH na infância. Entre os distúrbios mais prevalentes estavam abuso e dependência de substâncias tóxicas, transtorno de personalidade antissocial (psicopatia), ansiedade e depressão.

Estudos revelam que, em uma escala menor, o TDAH na infância também pode aumentar o risco de morte prematura: 1,9% dos participantes (sete em 232 pessoas) com o transtorno morreu antes dos 27 anos, sendo que três deles cometeram suicídio. Essa incidência foi de 0,7% entre os indivíduos que não foram diagnosticados com TDAH quando crianças.

É preciso pensar nessa condição como um problema crônico. Acredito que as informações para a população são importantes para identificar precocemente os problemas associados ao Transtorno e até mesmo as melhores formas de tratamento.

Diante do exposto e pelo valor meritório, peço o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa para a sua aprovação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 207/2013

Projeto de Lei nº. 207/2013

Autor: Deputado Gilberto Martin

Súmula: Institui no Calendário Oficial do Estado do Paraná, a Semana Estadual de Informação e Conscientização sobre o Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade.

EMENTA: INSTITUI NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A SEMANA ESTADUAL DE INFORMAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Gilberto Martin, tem por finalidade instituir no Calendário Oficial de Eventos do Estado a semana estadual de Informação e Conscientização Sobre o Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade, a ser realizada anualmente na 1ª semana do mês de Agosto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o **pleno exercício dos direitos culturais** e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Contudo, no que tange a técnica legislativa empregada na ora proposição, a mesma deverá ser substituída para que tanto os conteúdos, quanto a forma, expressem a vontade do legislador, impedindo quaisquer distorções.

Nesse sentido, o Regimento Interno, em seu art. 137, §2º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei, classificando-se como substitutiva aquela proposição apresentada como sucedânea de outra.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto na forma da **Emenda Substitutiva Geral** em anexo, proposta por esta Comissão.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR


APROVADO

25/06/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO 207/2013

De acordo com o que determina o artigo 137, § 2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei no 207/2013, passa a contar com a seguinte redação:

Súmula: Institui a semana Estadual de Informação e Conscientização Sobre o Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade, a ser realizada anualmente na 1ª semana do mês de agosto.

Art. 1º - Fica instituída no âmbito do Estado do Paraná, a semana Estadual de Informação e Conscientização sobre o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, a ser realizada anualmente na 1ª semana do mês de agosto.

Art. 2º A data instituída no art. 1º passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

APROVADO

25/06/13 



Diretoria
Legislativa

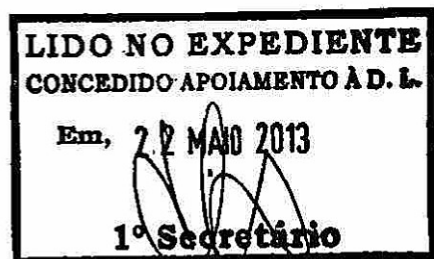
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Elton Welter



PROJETO DE LEI Nº 209/2013.



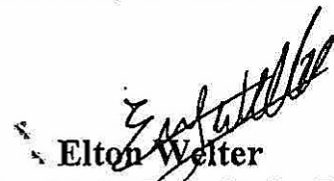
Súmula: DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – ENTIDADE DENOMINADA MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO – 12ª REGIÃO RT – COMPONENTE DO MOVIMENTO GAÚCHO MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO – 12ª REGIÃO RT – COMPONENTE DO MOVIMENTO GAÚCHO DO PARANÁ DO ESTADO DO PARANÁ - COM SEDE E FORO NA CIDADE E COMARCA DE MATELÂNDIA/PR.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a entidade denominada **MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO – 12ª REGIÃO RT – COMPONENTE DO MOVIMENTO GAÚCHO DO PARANÁ**, com sede e foro na cidade e Comarca de Matelândia/PR, sita na rua Ipanema, 519, Bairro Centro, inscrita no CNPJ sob o n. 11.917.859/0001-86.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2013.


Elton Welter
Deputado Estadual - PT

Praça Nossa Senhora de Salette, s/n - Edifício Presidente Tancredo Neves

Gabinete 106 - Tel.: (41) 3350-4039/3350-4239 – Curitiba/PR

E-mail: dep.welter@pr.gov.br site: www.welter.org.br

15:12 22/05/2013 004626 DP ASSUNTO LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Elton Welter

Diretoria
Legislativa



JUSTIFICATIVA

“Mitos, lendas, costumes, crenças religiosas, sistemas jurídicos e valores éticos refletem as formas de agir, sentir e pensar de um povo e compõem seu patrimônio cultural.”(In Grande Enciclopédia Barsa, vol. 5, RJ,2004, pág. 33).

Conceitualmente, pela 1ª vez, foi o antropólogo inglês **Edward Burnett Tylor**, em seu *Primitive Culture*(1871), que definiu o termo formal “cultura”. Escreveu este cientista:

“Cultura...é o complexo no qual estão incluídos conhecimento, crenças, artes, mora, costumes e quaisquer outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade.” Entre tantos outros, ainda, também antropólogos e biólogos, a exemplo de Rapph Linter, Robert Harvy Lawiel, definiram o modo e a cultura como as pessoas se adaptam em seu ambiente.”(Negritos de autoria deste Deputado).

Em palavras diretas e objetivas, cultura é o modo de vida de um povo, o ambiente que um grupo de seres humanos, ocupando um território comum, criou na forma de ideias, instituições, linguagem, artes, instrumentos, serviços e sentimentos.

Para nós, cultura equivale àquela herança que se recebe ao nascer. É sob esta ótica como vemos o **MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO – 12ª REGIÃO RT – COMPONENTE DO MOVIMENTO GAÚCHO DO PARANA**. É neste **MOVIMENTO**

Praça Nossa Senhora de Salette, s/n - Edifício Presidente Tancredo Neves

Gabinete 106 - Tel.: (41) 3350-4039/3350-4239 – Curitiba/PR

E-mail: dep.welter@pr.gov.br site: www.welter.org.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete do Deputado Elton Welter



Diretoria
Legislativa

que vemos o renascer diário da convivência fraterna entre as famílias, os seus filiados e a gente da sociedade civil.

Assim como, por exemplo, uma sociedade empresária para se tornar mais conhecida no ramo a que se dedica precisa ter a sua marca registrada junto ao INPI, o que, além de conferir-lhe proteção legal ao seu nome, ainda lhe será agregado um valor inestimável, um CTG ou um MTG, também, tem o direito de ver encimado no oitão de seu rústico rancho o seu nome que, ao ser lido, logo virá à memória de que ali, naquela edificação, pulsa o tradicionalismo refinado e na mais pura de sua essência.

É por isso que no **MTG – Movimento de Tradição Gaúcha**, nos **CTG's – Centro de Tradição Gaúcha** e nos **Piquetes**, onde bons hábitos, respeito, família, diversão, valores ideológicos, cultura e arte, entre tantos outros valores, o filiado e o simpatizante, cada qual vive e sente o que significa, no mínimo uma vez por semana, o que é e como se vive e se pratica a cultura e a tradição de uma gente, de um povo.

Do ponto de vista geográfico, o Paraná se situa na última unidade Federativa integrante da região que congrega a gente sul-brasileira. Significativa parcela do povo que aqui se aquerenciou tem origens nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, sendo, por isso, desnecessário referir que o papel do Movimento Tradicionalista Gaúcho – 12ª Região RT de Matelândia/PR,* para prosseguir mantendo viva essa chama de valores culturais e tradicionais propugna pelo decreto de que deve ser declarado de utilidade pública.

O **Movimento Tradicionalista Gaúcho – 12ª Região RT**, conforme idônea e bastante documentação acostada a esta diferencial proposição legislativa, não é apenas mais uma entidade que busca obter a declaração de utilidade pública. Objetiva-se com a declaração de utilidade pública, afora as bandeiras atrás elencadas, deixar registrado junto a essa respeitosa Casa Estadual de Leis do Paraná, que aqui, neste torrão paranaense, esta terra também é defendida, sob todos os aspectos, por Gaúchos vindos do RS e de SC, bem assim por filhos destes pioneiros desbravadores.

Histórias e grandes ciclos econômicos, a exemplo do que aconteceu com a erva-mate(*ilex paraguariensis*), que tem origem no Paraná, mais precisamente no município de Guaíra, precisam ser contadas nos MTG'S, nos



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete do Deputado Elton Welter



Diretoria

Legislativa

CTG's e Piquetes do nosso Estado do Paraná. Sim. Porque, embora gostemos do RS, foi aqui, no Paraná, que surgiu a erva-mate.

Ademais, resgate-se a memória: A erva-mate, aliás um chá, pois é ela infusa em água fervente, é rica em celulose, porquanto tem por finalidade influir diretamente na digestão impedindo a absorção de toxinas da carne. O hábito da cultura dessa bebida indígena, o chimarrão, com a carne, forma uma "orgia protéica" perfeita.

Outra cultura tradicional, essa sim, embora com raízes no Rio Grande do Sul, mas foi aqui, no nosso querido Paraná, onde os tipos de corte de carne e o modo de servir essa proteína animal, que ganhou fama.

Lenda ou verdade, o fato é que

"Um caminhoneiro que, de mudança com sua família, resolveu se estabelecer na capital paranaense. Conhecido dos muitos caminhoneiros que vinham do sul e passavam por seu pequeno estabelecimento comercial, começou a variar as carnes para agradar cada vez mais os diversos pedidos. Como já assava muitos tipos e variados de carne e os pedidos estavam cada vez mais difíceis de serem escolhidos, resolveu por fim nas dúvidas cobrando uma taxa única e servindo a todos à vontade. Em pouco tempo, o boca a boca correu centenas de quilômetros e o seu pequeno restaurante teve de ser aumentado muitas vezes. Outros, perceberam que seu sistema agradava e que, comercialmente, se tratava de uma mina de ouro. O tempo foi passando e as churrascarias foram adotando cada vez mais esse sistema que era conhecido como "espeto corrido" hoje, batizado de rodízio de carnes"(In Guia Prático do Churrasco, Escala, nº2, pá. 6/7)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete do Deputado Elton Welter



Diretoria
Legislativa

E o que dizer da lenda da Gralha Azul? Ora, cuidava-se de uma ave que, inicialmente era parda e, mais tarde, pela recompensa em reservar a parte mais gordinha do fruto(pinhão), enterrando-a ou

acomodando-a entre pedaços apodrecidos de árvores, ali eram esquecidos e com o passar do tempo, iam nascendo novos pinheiros, formando, assim, a enorme floresta de araucária, árvore-símbolo do Paraná, Deus pintou suas penas da cor do céu, tornando-a azul.

Aí, Nobres Pares, Senhor Presidente, a importância na divulgação da arte, da cultura, da tradição, dos costumes de um povo, de uma nação.

Augusta Assembleia Legislativa, esses são, em linhas gerais, os valores históricos e políticos que se quer preservar com esta PROPOSIÇÃO (com LETRAS MAIÚSCULAS) de um significado histórico e de tradição vultoso. Como homenagem aos imigrantes SUL-RIO-GRANDENSES e seus descendentes que, aqui, no Paraná, vieram se aquerenciar, é que o MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO – 12ª REGIÃO RT – COMPONENTE DO MOVIMENTO GAÚCHO DO PARANA, está pelejando pela divulgação dos hábitos e tradições desta importante cultura sul-rio-grandense.

No caso, a declaração de utilidade pública do “MOVIMENTO...” aqui nominado, que preenche os requisitos da Lei nº 16888, de 1º/8/2011, DO nº 8519, de 1º/8/2011² preocupa-se em preservar os valores mais caros do homem, do campo e da cidade, como sendo a

¹ Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos: I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado; II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa; III – que a entidade não tenha fins lucrativos e em seu estatuto social conste sua natureza jurídica, sua finalidade, sua missão, seus objetivos e que não distribua lucros, excedentes operacionais, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do respectivo objetivo social; IV – que acoste declaração, reconhecida em cartório, de que seus membros não são remunerados e que os serviços que prestam são de relevante interesse público; V – que conste em seu estatuto gestão administrativa e patrimonial que garantam e preservem o interesse público e em caso de dissolução e devida destinação do patrimônio a entidade sem fins lucrativos; VI – que conste documento contábil que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e certidão do Tribunal de Contas do Paraná, quando for o caso. VII – declaração do presidente da entidade quanto ao recebimento presente ou passado de repasse de recursos públicos sejam eles municipais, estaduais, federais ou de entes internacionais. § 1º As entidades de cunho de assistência social, deverão comprovar a inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social ou Conselho Estadual de Assistência Social. § 2º As demais entidades deverão apresentar declaração de órgão público municipal, na pessoa de seu titular, que prestam serviço relevante à comunidade local e qual sua área de atuação, exceto quando já tenham título de utilidade pública municipal. Art. 2º O autor do projeto de lei, deverá declarar que tem conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela entidade, a qual propõe a declaração de utilidade pública. Art. 3º As entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria. Art. 4º Será cassada a declaração de utilidade pública da entidade que comprovadamente: I – deixar de prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná dos recursos recebidos, no último ano, sendo que aquele órgão comunicará a Assembleia Legislativa o não cumprimento da norma, sem motivo justificado; II – deixar ou se negar a prestar os serviços compreendidos nos fins estatutários para a qual foi constituída. Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei. Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Lei nº 6.294, de 10 de

Praça Nossa Senhora de Salette, s/n - Edifício Presidente Tancredo Neves

Gabinete 106 - Tel.: (41) 3350-4039/3350-4239 – Curitiba/PR

E-mail: dep.welter@pr.gov.br site: www.welter.org.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Elton Welter



Diretoria
Legislativa

história do seu povo, de sua gente. Sem sombra de dúvida, não mais se verá nenhum gaudério extraviado, errante, a habitar uma tapera. O homem não vive isolado; antropológicamente, ele é gregário.

Oigaté! Porque, quando se perde dinheiro, pouco se perde; quando se perde a honra, perde-se um pedaço de si, mas, quando se perde a coragem, perde-se tudo. E aqui, nesta PROPOSIÇÃO corajosa, vislumbra-se uma bela maneira de ajudar a recontar a história, a saga de um povo.

Como escreveu **Auguste de Saint-Hilaire**, em viagem ao Rio Grande do Sul – 1820:

“Nesta capitania, até os cães latem de um modo diferente”.

Ou seja, o **MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO – 12ª REGIÃO RT – COMPONENTE DO MOVIMENTO GAÚCHO DO PARANÁ**, também quer mostrar que sabe fazer a diferença, nisso centrando o seu foco. O que quer, o que busca, já que, também no aspecto do preenchimento dos requisitos legais, que se acham presentes, como sendo: A natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos; tem uma finalidade; seus membros não são remunerados e há previsão de que, porventura venha ocorrer a dissolução da entidade o seu patrimônio será transferido a uma congênere, é o reconhecimento ao POVO do PARANÁ.

Trata-se de uma entidade de elevada importância para o resgate e na divulgação do tradicionalismo, do nativismo e a da arte do homem sul-rio-grandense. Basta conferir-se as PROGRAMAÇÕES de 2011, 2012, em especial a deste ano de 2013.

janeiro de 1978, PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 01 de agosto de 2011. Flávio Arns Governador do Estado, em exercício. Fernanda Bernardi Vieira Richa Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social. Durval Amaral Chefe da Casa Civil. Luiz Eduardo Chelida Deputado Estadual. (Lei n° 16888, 1º/8/2011, DO n° 8519, de 1º/8/2011, que Dispõe sobre os requisitos para a declaração de utilidade pública e adota outras providências) (<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtoAno.do?action=exibirImpressao&codAto=60634>)

Praça Nossa Senhora de Saete, s/n - Edifício Presidente Tancredo Neves

Gabinete 106 - Tel.: (41) 3350-4039/3350-4239 – Curitiba/PR

E-mail: dep.welter@pr.gov.br site: www.welter.org.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete do Deputado Elton Welter



**Diretoria
Legislativa**

Viva à cultura de um Povo, de uma Gente! Viva às tradições, viva à arte e, também, viva à humanidade. Todos os povos, mesmo os mais primitivos, tiveram e têm uma cultura, transmitida no tempo, de geração a geração.

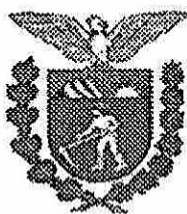
Dáí a relevância, necessidade, conveniência e a oportunidade de ser apoiado o presente Projeto de Lei.


ELTON WELTER
DEPUTADO ESTADUAL - PT

Praça Nossa Senhora de Salette, s/n - Edifício Presidente Tancredo Neves

Gabinete 106 - Tel.: (41) 3350-4039/3350-4239 – Curitiba/PR

E-mail: dep.welter@pr.gov.br site: www.welter.org.br



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 209/2013

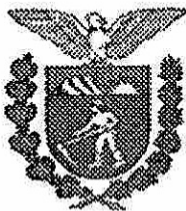
Projeto de Lei nº. 209/2013
Autor: Deputado Elton Welter

Súmula: DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA-
LEI nº 16.888/2011- ENTIDADE DENOMINADA
MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO –
12º REGIÃO RT – COMPONENTE DO
MOVIMENTO GAÚCHO MOVIMENTO
TRADICIONALISTA GAÚCHO- 12º REGIÃO RT
– COMPONENTE DO MOVIMENTO GAÚCHO
DE PARANÁ DO ESTADO DO PARANÁ- COM
SEDE E FORO NA CIDADE E COMARCA DE
MATELÂNDIA/PR.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA
FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM
ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Welter, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO DA 12º REGIÃO – RT- COMPONENTE DO MOVIMENTO GAUCHO DO PARANÁ**, com sede e foro no Município de Matelândia, Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - ManIFESTAR-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, tendo como finalidade a assistência social, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o **foro** e o **nome** da entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública Estadual, sugere-se a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Emenda Substitutiva geral em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

Sala das Comissões, em 04 de Junho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR







APROVADO

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

04/06/13



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 209/2013

De acordo com o que determinam o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 209/2013, passa a contar com a seguinte redação:

“SÚMULA - Declara de Utilidade Pública Estadual o Movimento Tradicionalista Gaúcho da 12ª região- RT- Componente do Movimento Gaúcho do Paraná, com sede e foro no Município de Matelândia, Estado do Paraná”.

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o Movimento Tradicionalista Gaúcho da 12ª região- RT- Componente do Movimento Gaúcho do Paraná, com sede e foro no Município de Matelândia, Estado do Paraná.

Art. 2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04 de Junho de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

Praça Nossa Senhora da Salette s/mº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

~~APPROVADO~~

~~04/06/13~~



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 252/13

Súmula: Dá nova redação ao artigo 73 da Lei Estadual nº 4.978, de 05 de dezembro de 1964, conforme especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 73, da Lei nº 4.978, de 05 de dezembro de 1964, alterado pela Lei nº 16.012, de 17 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73. As funções de Conselheiro são consideradas de relevante interesse público e seu exercício tem prioridade sobre os de quaisquer cargos públicos estaduais de que sejam titulares ou conselheiros.

§1º Os Conselheiros terão direito a:

I - transporte até o local da reunião, quando convocados para as sessões do Conselho Pleno, de suas Câmaras ou Comissões, a serem realizadas em locais diferentes daquele de seu domicílio;

II - diárias, cujo valor será o equivalente ao fixado para os Órgãos Estaduais, quando necessária a realização de viagem para atender os interesses do Conselho Estadual de Educação.

III - Os Conselheiros, pelo exercício das atribuições das respectivas funções, receberão jetons pela participação em sessões do Conselho Pleno, das Câmaras e das Comissões.

§ 2º O Presidente do Conselho receberá, pelo exercício da função, (gratificação mensal, vedado o acúmulo do disposto no inciso III do parágrafo anterior.)

Art. 2º O Poder Executivo disciplinará a presente Lei, no que couber, por Decreto governamental, inclusive os valores dos jetons dos Conselheiros e a gratificação do Presidente do Conselho.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Estadual nº 16.012, de 17 de dezembro de 2008.

Palácio do Governo, em 23 de maio de 2013.

FLÁVIO ARNS

Governador do Estado em exercício

I – À DAP para leitura no expediente
II – À DL para providências
Em 19/06/2013
Presidente



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 048 /2013

Curitiba, 23 de maio de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em 24 JUN. 2013

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao artigo 73 da Lei Estadual nº 4.978, de 05 de dezembro de 1964, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino.

A Lei Estadual nº 4.978, de 05 de dezembro de 1964, em atendimento ao que dispunha a antiga Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação – LEI nº 4.024/1961, instituiu, no âmbito do Estado do Paraná, o Sistema Estadual de Ensino. Tal regulamentação veio na esteira da previsão constitucional de que os Estados-membros e o Distrito Federal possuem a prerrogativa de organizar seus sistemas de ensino, respeitados os limites da Carta Magna à época vigente, bem como da legislação federal em vigor (art. 171 da Constituição Federal de 1946).

Nesse sentido, a Lei Estadual nº 4.978/1964 estabeleceu a organização do Sistema Estadual de Ensino do Paraná, dispondo sobre seus órgãos, suas funções e atribuições institucionais, oportunidade em que restou instituído e constituído o Conselho Estadual de Educação, com previsão de sua composição, organização e competências. Por pertinente, destaca-se o contido no artigo 73, cujo teor, na época, assim dispunha:

Art. 73. As funções de conselheiros são consideradas de relevante interesse público e o seu exercício tem prioridade sobre o de quaisquer cargos públicos estaduais de que sejam titulares os conselheiros. Estes terão direito a transporte, quando convocados para as sessões do Conselho ou das suas Câmaras, e à diária, ou jeton de presença, a serem fixados pelo Secretário de Educação e Cultura. (grifo nosso)

Fato é que, em dado momento, esse dispositivo passou a ser objeto de dúvidas quanto a sua compreensão e interpretação pelo Tribunal de

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.772.229-5.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Contas do Estado do Paraná, uma vez que a expressão “e à diária, ou jeton de presença”, segundo o entendimento daquele órgão, estabelecia alternativa e não cumulatividade no recebimento dessas verbas de custeio pelo Conselheiro.

Registre-se que isso sempre ocorreu em razão da composição representativa do Conselho. Parte do Colegiado é composta de Conselheiros oriundos do interior do Estado, dependentes de transporte, estadia e diária para permanência nas reuniões mensais ordinárias e extraordinárias, conforme previsão em seu regimento interno e em demais disposições normativas.

Com a finalidade de sanar as dúvidas levantadas pelo TCE acerca desse dispositivo legal, o Poder Executivo Estadual, por iniciativa da Secretaria de Estado da Educação, fez proposta de alteração daquele artigo 73, que com a edição da Lei Estadual nº 16.012/2008, assim estatuiu:

Súmula: *Dá nova redação ao artigo 73, da Lei n.º 4.978/1964, conforme especifica e adota outras providências.*

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O artigo 73 da Lei no 4.978, de 05 de dezembro de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 73. As funções de conselheiros são consideradas de relevante interesse público e o seu exercício tem prioridade sobre os de quaisquer cargos públicos estaduais de que sejam titulares ou conselheiros.

§ 1º Os Conselheiros terão direito a:

I – transporte até o local de reunião, quando convocados para as sessões do Conselho ou de suas Câmaras, a serem realizadas em locais diferentes daquele de seu domicílio;

II – diárias, cujo valor será o equivalente ao fixado para os Órgãos Estaduais, quando necessária a realização de viagem para atender os interesses do Conselho Estadual de Educação.

§ 2º O Presidente do Conselho Estadual de Educação e os Conselheiros perceberão, pelo exercício das atribuições das respectivas funções, gratificações pelos encargos a elas inerentes.”



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

Art. 2º O Poder Executivo disciplinará a presente Lei por decreto, inclusive os valores das gratificações de que trata o parágrafo 2º do art. 73, da Lei nº 4.978, de 05 de dezembro de 1964.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A alteração do dispositivo, em princípio, atendeu as dúvidas relacionadas ao custeio dos conselheiros no que diz respeito ao direito à diária e transporte, quando convocados para atividades do Conselho, com demanda de locomoção de uma cidade para outra, ou ainda para outro Estado, além do direito à gratificações pela participação nas sessões.

Decorrente da alteração legal, o Poder Executivo expediu o Decreto Estadual nº 6.272, de 10 de fevereiro de 2010, regulamentando o previsto no artigo 2º da referida lei que alterou o artigo 73 da Lei nº 4.978/1964. Essa regulamentação estabeleceu os valores das então denominadas gratificações (jetons) para os Conselheiros, bem como a gratificação destinada àquele conselheiro que exercesse a função de presidente.

Não bastasse o equívoco da forma de definição de pagamento pelas atividades dos Conselheiros, o decreto regulamentador ainda provocou dúvidas e incongruências, o que estabeleceu a necessidade de o Poder Executivo, por iniciativa do Conselho Estadual de Educação, corrigisse tais distorções, editando o Decreto nº 6.815/2012, com o seguinte comando:

Art. 1º A gratificação a que se refere o § 2º do art. 73 da Lei nº 4.978, de 05 de dezembro de 1964, alterada pela Lei nº 16.012, de 17 de dezembro de 2008, concedida aos membros do Conselho Estadual de Educação, pela participação nas sessões do Conselho Pleno, das Câmaras e Comissões a que pertencerem, será no valor de R\$ 195,00 (cento e noventa e cinco reais).

Parágrafo único. As sessões de que trata este artigo são aquelas realizadas no decorrer das reuniões ordinárias e/ou extraordinárias do Conselho Pleno, das Câmaras e Comissões Especiais, conforme definido nos artigos 11, IX, 13 a 16, do Regimento do Conselho.

Art. 2º O Conselheiro que exercer a função de Presidente do Conselho receberá uma gratificação mensal única no valor de R\$ 3.400,00 (três mil e quatrocentos reais), vedado o acúmulo com a



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

gratificação referida no art. 1º.

Assim, em razão da impropriedade causada no artigo 73, da Lei nº 4.978/1964, em especial a alteração trazida pela Lei Estadual nº 16.012/2008, é que se propõe seja o dispositivo alterado, conforme a proposta apresentada através do anexo Anteprojeto de Lei.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

FLÁVIO ARNS

Governador do Estado em exercício



CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida

voltar ↩

Exibir Ato

Página para impressão

Alterado Compilado Original ⓘ

Lei 4978 - 05 de Dezembro de 1964

Publicado no Diário Oficial nº. 242 de 26 de Dezembro de 1964**Súmula:** Estabelece o sistema estadual de ensino.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I
DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO
CAPÍTULO I
Dos Fins da Educação

Art. 1º. A educação no Estado do Paraná, inspirada em princípios de liberdade, de solidariedade humana, democráticos e cristãos, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade estadual, da Federação, da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça;
- h) a humanização de todos os setores da vida social, respeitando-se a dignidade pessoal do homem, como valor fundamental da ordem econômica, social e política;
- i) o oferecimento, a todos os habitantes do Estado, de idênticas oportunidades educacionais, a fim de habilitá-los a participar efetivamente do seu desenvolvimento social e econômico;
- j) a adaptação entre os tipos de ensino propiciados pelas escolas e as necessidades do desenvolvimento regional e nacional;
- l) a pesquisa de vocação, o desenvolvimento de aptidões e a oportunidade de orientação profissional, tendo em vista a perfeita e harmônica integração do educando na comunidade de trabalho.

Art. 2º. Para serem atingidos os seus fins, a educação, no Estado do Paraná, estará firmada nos seguintes fundamentos:

~~Art. 73. As funções de conselheiro são consideradas de relevante interesse público e o seu exercício tem prioridade sobre o de quaisquer cargos públicos estaduais de que sejam titulares os conselheiros. Estes terão direito a transporte, quando convocados para as sessões do Conselho ou das suas Câmaras, e à diária, ou jeton de presença a serem fixados pelo Secretário de Educação e Cultura.~~

Art. 73. As funções de Conselheiro são consideradas de relevante interesse público e o seu exercício tem prioridade sobre os de quaisquer cargos públicos estaduais de que sejam titulares ou Conselheiros.

(Redação dada pela Lei 16012 de 17/12/2008)

§ 1º. Os Conselheiros terão direito a:

(Incluído pela Lei 16012 de 17/12/2008)

§ 2º. O Presidente do Conselho Estadual de Educação e os Conselheiros perceberão, pelo exercício das atribuições das respectivas funções, gratificações pelos encargos a elas inerentes.

(Incluído pela Lei 16012 de 17/12/2008)

I - transporte até o local da reunião, quando convocados para as sessões do Conselho ou de suas Câmaras, a serem realizadas em locais diferentes daquele do seu domicílio;

(Incluído pela Lei 16012 de 17/12/2008)

II - diárias, cujo valor será o equivalente ao fixado para os Órgãos Estaduais, quando necessária a realização de viagem para atender os interesses do Conselho Estadual de Educação.

(Incluído pela Lei 16012 de 17/12/2008)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 252/2013

Projeto de Lei nº. 252/13

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 048/2013

Súmula: Mensagem Nº 048/2013 – Dá nova redação ao artigo 73 da Lei Estadual nº4.978 de 05 de dezembro de 1.964, conforme especifica..

EMENTA: NOVA REDAÇÃO AO ART. 73 DA LEI Nº 4.978/64 QUE ESTABELECE O SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 e 87 DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA.

RESUMO

O projeto de lei de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar o artigo 73 da Lei Estadual 4978/64, e conforme bem explicitado pelo Excelentíssimo Senhor Governador, tal alteração se faz necessário em razão de questionamentos anteriores realizados pelo Tribunal de Contas Estadual no que cabe a identificação da forma de remuneração dos Conselheiros da Secretaria Estadual de Educação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Por se tratar de uma manifestação técnica, não cabe a Comissão de Constituição e Justiça tecer análise referente ao mérito do projeto ora estudado, por isso em razão das possibilidades constitucionais, bem como da legalidade do referido, foi encontrada situação onde se pode caracterizar Repristinação, quando na segunda parte do art. 3º do projeto em análise se pretende a revogação da Lei 16.012/08, porém o que se sugere para que seja sanado o vício encontrado é a aprovação do presente na forma da Emenda Supressiva a seguir apresentada.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

“Art. 33–A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.”



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

“Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.”

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

“Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.”



A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo **ou aumento de sua remuneração** e, bem como, funcionamento da administração estadual, nos termos do artigo 87:

"Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;"

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei, na forma pretendida.

Adiante, podemos notar que a segunda parte do artigo 3º do projeto em comento pretende a revogação da Lei 16012/2008, havendo necessidade de ser ressaltada a impossibilidade de tal revogação, pois a mencionada Lei trata de redação ao artigo 73 da Lei 4978/64, e se assim ocorrer, estaria o legislador extinguindo o artigo 73 da referida legislação, tornando o projeto de lei analisado neste momento sem efeitos, pois em se tratando de situações como a encontrada no presente projeto, não se pode admitir a Repristinação.

Por fim, devemos observar que o projeto em questão não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal, e quanto à técnica legislativa, para que não haja óbice ao prosseguimento bem



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



como para adequação ao disposto em Lei Complementar 95/98, tem-se que deve ser aprovado na forma da Emenda Modificativa apresentada neste momento.

Posto isto, considerando que o projeto em tela não pode alcançar a já referida Repristinação, sugere-se a **Emenda Modificativa** em anexo, com fundamento no artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná:

“Art. 137 (...)

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.” (grifo nosso)

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei na forma da EMENDA MODIFICATIVA, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 02 de julho de 2013.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR.

RELATOR

APROVADO

02/07/2013



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça




EMENDA MODIFICATIVA - PROJETO DE LEI N.º 252/13

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Modificativa para que seja extirpado do projeto em comento a segunda parte do Art. 3º, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.


Sala das Comissões, em 02 de julho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JR.
RELATOR

APROVADO

02/07/13


Dep. CURIA

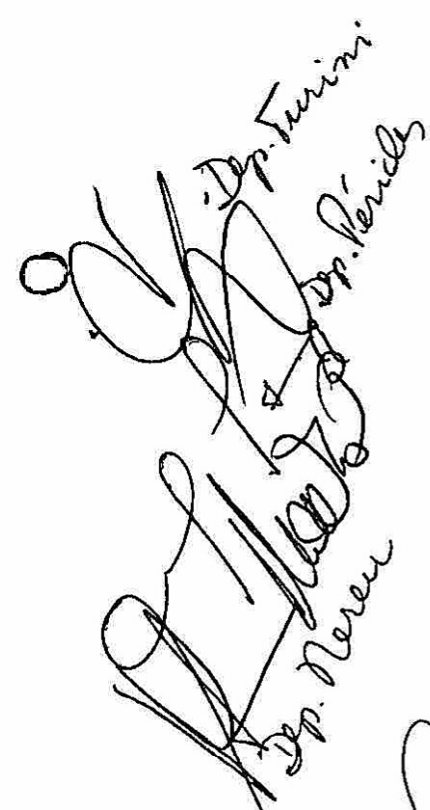

Dep. Walter


Dep. Loupion


Dep. Edison


Dep. Carlos


Dep. Searon


Dep. Turini
Dep. Perillo
Dep. Nereu



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 252/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 048/2013, que objetiva dar nova redação ao art. 73 da Lei nº 4.978, de 05 de dezembro de 1964. (Lei que estabelece o Sistema Estadual de Ensino).

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Poder Executivo encontra-se plenamente justificada.

Vale ressaltar que a Constituição Estadual, em seus arts. 65, 66 e 87 assegura ao Governador do Estado, a iniciativa de leis como a presente.

Observa-se que a matéria proposta pelo presente Plano de Lei tem a finalidade de sanar as dúvidas levantadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Constata-se ainda, que a matéria constante da presente proposta, está em consonância com as disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

CONCLUSÃO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças




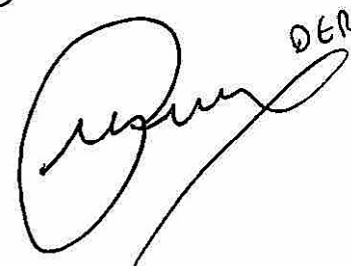
Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 14/07/13


DEPUTADO JORNAS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO ENIO VERRI
RELATOR

 DER ACRONI
 DER. ELVO



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 252/2013

Projeto de Lei nº. 252/2013

Autoria: Poder Executivo – Mensagem 48/13

Súmula: Dá nova redação ao artigo 73 da Lei Estadual nº 4.978, de 05 de dezembro de 1964, conforme especifica.

O presente Projeto de Lei, de autoria Poder Executivo, visa alterar o art. 73 da Lei 4.978/1964, que instituiu o Sistema Estadual de Ensino. Tem por objetivo principal esclarecer e firmar o entendimento pelo pagamento de transporte, diárias e jetons de participação aos membros do Conselho Estadual de Educação.

Recebeu parecer favorável com emenda da Comissão de Constituição e Justiça, no dia 02/07/2013, tendo como relator o Deputado Hermas Brandão Jr. e foi também aprovado na Comissão de Finanças, no dia 10/07/2013, tendo como relator o Deputado Enio Verri, sendo agora esta Comissão chamada a se manifestar, nos termos do art. 33-G do Regimento Interno desta Casa.

No que se refere à análise temática desta Comissão, constatamos que o objetivo do presente Projeto é esclarecer as dúvidas no que se refere a interpretação do Tribunal de Contas do Estado sobre o pagamento de diárias e jetons de presença aos membros do Conselho Estadual de Educação.

Isto porque o texto da Lei deixava margem a dúvidas sobre a cumulação do pagamento dos dois benefícios, sendo entendido

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Educação




pelo Tribunal de Contas que a Lei estabelecia alternativa e não cumulatividade no recebimento das verbas de custeio. Em 2008 o artigo que disciplina as gratificações foi alterado, mantendo apenas a concessão das diárias, sendo que o pagamento dos jetons foi novamente disciplinado em um Decreto de 2010.


Desta forma, a proposição em tela vem com o objetivo de esclarecer e simplificar o entendimento sobre o pagamento de transporte, diárias e jetons aos Conselheiros, disciplinando e delimitando as ocasiões em que eles tem direito a receber as referidas verbas, não deixando margem de dúvida sobre a possibilidade do repasse.

Diante do exposto, somos **FAVORÁVEIS** à continuidade da tramitação do Projeto de Lei, razão pela qual opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.


Sala das Comissões, 16 de julho de 2013.



DEP. EVANDRO JÚNIOR


DEPUTADO ADELINO RIBEIRO
Presidente


DEP. IERLINO RATO


DEPUTADO ANIBELLI NETO
Relator


DEP. PASCHOA


DEP. ELIO RUSCH